

O Tipo de Vínculo entre Pais e Filhos está Associado ao Desenvolvimento de Comportamento Antissocial?

Rafael Stella Wellausen¹
Denise Ruschel Bandeira²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Resumo

Objetivo: Investigar a associação entre o Transtorno Antissocial de Personalidade (TASP) e os Estilos Parentais (EP) numa amostra de 50 prisioneiros sem condenação prévia, com idades entre 18 e 35 anos. **Instrumentos:** Mini *International Neuropsychiatric Interview* (MINI) e *Parental Bonding Instrument* (PBI). **Resultados:** Através da MINI foi verificado que 32% dos prisioneiros preenchem critério diagnóstico para TASP. O uso e dependência de drogas e os Transtornos de Humor também estavam presentes nesta amostra. O EP, tanto materno quanto paterno, que mais esteve associado aos TASP foi o exercido com controle sem afeto. **Conclusão:** Houve associação entre o EP exercido com controle e sem afeto com o TASP.

Palavras-chave: Transtorno antissocial de personalidade; Estilo parental; Prisioneiros.

Is the Bond between Parents and Sons Associated with the Development of Antisocial Behavior?

Abstract

Objective: To investigate the association between the Anti-Social Personality Disorder (ASPD) and Parental Style (PS) in a sample of 50 prisoners at the ages from 18 up to 35 years-old and with no previous convictions. **Instruments:** Mini International Neuropsychiatric Interview (MINI) and Parental Bonding Instrument (PBI). **Results:** Through the MINI was verified that 32% of the prisoners filled the criterion diagnosis for ASPD. The use and the addiction of non alcoholic substances and the Affective Disorder is also verified in these sample. The maternal and paternal style that has been more associated to ASPD was played with affectionless control. **Conclusion:** There was association between the PS practiced with affectionless control and ASPD.

Keywords: Anti-social personality disorder; Parental style; Prisoners.

Família: Matriz Social dos Vínculos Afetivos

Os crescentes índices de violência e criminalidade, presentes na sociedade brasileira neste início de milênio, despertaram atenção das ciências humanas e sociais. Independentemente de questões socioeconômicas, a família, como matriz e alicerce do grupo social, tem sido atingida em sua estrutura e composição. Nas últimas décadas, os papéis e, especialmente, as funções de pai e mãe, em alguma medida, tornaram-se confusos e praticamente indiscriminados. Novas configurações familiares surgiram – às vezes com ausência do pai, outras vezes com múltiplos pais e mães – e casais do mesmo sexo tornaram-se mais frequentes (De Antoni, Barone, & Koller, 2007; Falceto, 2008; Kiriakidis, 2006).

A negligência e os problemas na atenção e nos cuidados dispensados pelos pais aos filhos são temas centrais na Teoria do Apego (TA). Sem ignorar causas sociais, porém enfatizando conhecimentos advindos da etologia, da biologia evolucionária, da psicanálise e das ciências cognitivas, Bowlby sugeriu (1988) que os primeiros seis anos de vida são fundamentais para a consolidação de uma estrutura de personalidade hígida. Para Bowlby, o apego consiste em um comportamento biologicamente programado a serviço de um controle homeostático em que um ser humano (inicialmente a genitora ou substituta) coloca-se disponível a outro (bebê/criança), proporcionando-lhe segurança e proteção (Dalbem & Dell'Aglio, 2005; Trentacosta & Shaw, 2008). O fracasso na consolidação desta parentalidade (*parenthood*), ou nos termos da TA (Bowlby, 1969/1984a, 1973/1984b, 1974/1985), a privação do vínculo afetivo (seja por perda ou separação), acarretam uma série de consequências adversas.

O principal efeito da privação afetiva consiste na edificação de uma “personalidade incapaz de afeto” (Bowlby, 1988), com severos prejuízos na capacidade para estabelecer relações de confiança, amizade e coo-

¹ Psicólogo do Instituto Psiquiátrico Forense e do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

² Endereço pra correspondência: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Rua Ramiro Barcelos, 2600, sala 120, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90035-003. *E-mail:* drbandei@terra.com.br
Este estudo é parte da dissertação do primeiro autor.

peração com outras pessoas. Em termos de psicopatologia, os problemas decorrentes desses modelos de funcionamento (*working models*) podem manifestar-se em condutas psicopáticas através do roubo, da violência e na conduta sexual perversa (Bowlby, 1988).

Desajustamento Familiar, Psicopatologia e Lei

Inúmeros estudos (Loeber & Dishion, 1983; McCord 1979) têm sugerido que o comportamento antissocial e a criminalidade decorrem tanto de fatores herdados biologicamente quanto ambientais. Filhos de pais portadores de transtornos mentais graves, ou que são usuários de álcool e outras drogas costumam apresentar problemas de comportamento e um grau maior de adaptação social (Lichtenstein et al., 2003; Stewart, Mezzich, & Day, 2006). Do ponto de vista ambiental verificou-se (Butler, Fearon, Atkson, & Parker, 2007; Slesnick & Prestopnik, 2004) que problemas relativos a escassa supervisão parental, negligência, disciplina áspera ou punitiva, separação conjugal ou pais solteiros, família numerosa, histórico de delinquência na família, baixo *status* socioeconômico, rejeição entre pares, *bullying*, déficit de atenção/hiperatividade, baixo QI (quociente intelectual), abandono escolar, e, finalmente, viver em locais onde frequentemente ocorrem crimes, representam fatores que aumentam os riscos para comportamento criminoso. Desse modo, crianças e adolescentes que foram criados em contextos como os descritos acima tendem a ter as chances de envolvimento em comportamentos ilícitos aumentadas.

Com relação a quantidade e a frequência de crimes cometidos, foi verificado (Sourander et al., 2006) que o fato de viver na infância e adolescência na companhia de outros adultos – que não os pais biológicos – ou o baixo nível de educação dos pais aumentava em praticamente três vezes o número de crimes cometidos. No que se refere ao tipo de crime cometido, o fato de viver com pais – que não os biológicos – ou a pouca escolaridade do pai estão relacionados com vários tipos de crime. Mesmo considerando-se o uso de drogas como uma atividade ilegal ainda não foram identificadas variáveis preditivas incontestáveis para esse tipo de comportamento. Entretanto, Sourander et al. (2006) entendem que o uso de substâncias ilícitas difere de outros comportamentos que envolvem a lei, uma vez que a principal vítima é o próprio usuário.

O papel exercido por ambos os pais na prevenção de comportamento antissocial e criminoso tem sido descrito como fundamental (Warr, 2007). O estudo de Trentacosta e Shaw (2008) mostrou que a idade da mãe na primeira gestação, sua falta de empatia e a presença de alguns indicadores de agressividade em sua personalidade influenciaram indiretamente no desenvolvimento de comportamento antissocial do filho. Foi percebida uma correlação positiva e preditiva entre as

características agressivas da mãe e o comportamento antissocial do filho na adolescência. Duas conclusões puderam ser descritas: por um lado, a presença de algum componente de agressividade herdado geneticamente e transmitido entre a mãe e o filho; por outro, o modelo de relação oferecido pela mãe servindo para erigir tendências comportamentais agressivas na interação social futura.

O pai também desempenha uma função quanto ao desenvolvimento de comportamento criminoso. Jaffee, Moffitt, Caspi e Taylor (2003) verificaram que, em casa, a presença de um pai com características de personalidade antissocial desencadeava uma conduta antissocial no filho. Constataram que naquelas famílias em que o pai biológico estava efetivamente presente, assumindo sua função de cônjuge e de pai, ele próprio reduzia comportamentos desviantes como uso de drogas, envolvimento em brigas e depressão. Naqueles lares em que o pai não assumia sua função conjugal e parental ou ele próprio apresentava fortes indicadores de comportamento antissocial ocorria aumento significativo dos comportamentos antissociais dos filhos. Salientaram, entretanto, que não era a frequência dos encontros, mas a qualidade da relação que influenciava no bem-estar da criança e, consequentemente, em seu desempenho escolar e social.

Transtorno Antissocial de Personalidade e Crime

Até o presente parece não haver consenso sobre a existência de um tipo único de “personalidade criminosa” (Maranhão, 2003). Todavia, os comportamentos e atos criminosos tem estado associados ao diagnóstico de TASP (Blackburn, Logan, Donnelly, & Renwick, 2008; Hare, 1999). Dentre as principais características do TASP, segundo o DSM-IV-TR (American Psychiatric Association [APA], 2003), estão: fracasso em se conformar com as normas sociais e legais, propensão a enganar e a tirar vantagens em relação aos outros, impulsividade, agressividade, irresponsabilidade e ausência de remorso ou culpa por danos causados. Assim como qualquer outro Transtorno de Personalidade, o TASP não deve ser diagnosticado antes dos dezoito anos de idade.

A prevalência do TASP na população geral é maior entre os homens, chegando a 3:1 em relação às mulheres. Geralmente o diagnóstico de TASP aparece associado às classes sociais menos favorecidas, sendo que um padrão familiar em parentes de primeiro grau de homens com TASP foi observado (Kaplan, Sadock, & Grebb, 1997). Contudo, Morana, Stone e Abdalla-Filho (2006) apontaram que até hoje não foram encontrados genes específicos para os Transtornos de Personalidade, mas sim para sua predisposição. Esses mesmos autores e outros (Hare, 1999) destacam que, apesar de os indivíduos portadores de TASP cometerem atos antissociais

e criminosos contínuos, esse diagnóstico não pode ser sinônimo de criminalidade.

Apesar de pessoas portadoras de outros Transtornos de Personalidade, como os *borderlines* e os paranoídes também se envolverem com a Lei e a Justiça (Kernberg, 1995), é o diagnóstico de TASP que mais aparece associado à criminalidade. Teitelbaum e Passos (1999) em um levantamento sobre prevalência de transtornos mentais na população penitenciária do Estado do Rio Grande do Sul encontram TASP em 22,6% da amostra.

No que tange a terminologia, Morana et al. (2006) ressaltam que o termo Personalidade Antissocial pertence à área médica, ao passo que a expressão psicopata foi absorvida pelo Direito.

Método

Objetivos

Objetivo Principal. Verificar a associação entre Estilo Parental e Transtorno Antissocial de Personalidade em apenados.

Objetivos Específicos. (a) Verificar a presença do transtorno de Eixo I mais freqüentes na população de apenados; (b) Verificar a associação entre os transtornos psiquiátricos mais freqüentes e o tipo de crime/delito cometido; (c) Verificar a frequência dos Estilos Parentais e sua associação com os transtornos psiquiátricos e a tipificação criminal.

Participantes

Foram entrevistados 54 presidiários do sexo masculino. Desses, quatro participantes foram excluídos uma vez que dois preenchiam critério de exclusão (Retardo Mental avaliado clinicamente) e outros dois optaram por não participar da pesquisa. A amostra não-probabilística intencional ficou composta por 50 prisioneiros do sexo masculino, com idades entre 18 e 35 anos ($M= 22,3$ e $DP= 3,9$), que se encontravam em cumprimento de prisão preventiva ou provisória sem condenação prévia. A Tabela 1 apresenta informações sobre o perfil sociodemográfico dos apenados.

Instrumentos

MINI (Mini International Neuropsychiatric Interview). A MINI é uma entrevista diagnóstica estruturada que se destaca por sua forma rápida e simples de aplicação e levantamento, assim como a prioridade dada à exploração dos transtornos atuais (Amorin, 2000). A MINI foi elaborada para ser utilizada em ensaios clínicos e em cuidados primários. Neste estudo, optamos pela utilização de uma versão reduzida da MINI, que explora quatorze diagnósticos do Eixo I e o Transtorno Antissocial de Personalidade (Eixo II).

Tabela 1

Perfil Sociodemográfico dos Presidiários (n = 50)

| <i>Características sociodemográficas</i> | <i>(F) %</i> |
|--|--------------|
| Cor | |
| Branca | (26) 52% |
| Parda | (15) 30% |
| Negra | (8) 16% |
| Amarela | (1) 2% |
| Escolaridade | |
| Ensino fundamental | (35) 70% |
| Ensino médio | (12) 24% |
| Ensino superior incompleto | (3) 6% |
| Estado civil | |
| Solteiro | (34) 66% |
| Casado/amigado | (14) 28% |
| Separado | (2) 4% |
| Situação Laboral | |
| Trabalhando | (22) 44% |
| Desempregado/fora do mercado | (20) 40% |
| Bicos | (8) 16% |
| Renda dos últimos seis meses (legal e ilegal) | |
| Zero a R\$ 1.000,00 | (15) 30% |
| 1.001,00 a 3.000,00 | (15) 30% |
| 3.001,00 a 5.000,00 | (14) 28% |
| 5.001,00 a 7.000,00 | (3) 6% |
| 7.001,00 a 10.000,00 | (1) 2% |
| Mais de 10.000,00 | (2) 4% |

Em relação à confiabilidade, a MINI apresentou na sua validação (Amorin, 2000) uma concordância entre avaliadores e teste-reteste $\geq 0,75$ para todos os diagnósticos, exceto para episódio maníaco atual (0,35).

PBI (Parental Bonding Instrument). Com relação ao tipo de vínculo estabelecido entre pais e filhos, ou aos Estilos Parentais (EP), o instrumento utilizado foi o *Parental Bonding Instrument (PBI)*, desenvolvido por Parker (1979). O PBI é um instrumento autoaplicável Tipo Likert (0-3) com 25 perguntas em relação ao pai e à mãe, nas quais o sujeito responde o quanto o comportamento descrito corresponde ao de seus pais, tendo em vista o período de convivência até a idade de dezesseis anos do entrevistado. O tempo de aplicação médio é de quinze minutos. O PBI foi idealizado para medir dois fatores: Cuidado (*care*) e Superproteção (*overprotection*), acessadas independentemente para a relação com o pai e a mãe. O fator Cuidado irá aferir afeto, calor, disponibilidade *versus* frieza e rejeição. À Superproteção corresponderá intrusão, controle, *versus* encorajamento da autonomia (Hauck et al., 2006; Overbeek, Volleberg, Meeus, Graaf, & Engels, 2004). A partir das combina-

ções dos dois fatores, o PBI sugere a existência de quatro tipos de vínculos entre pais e filhos que são descritos como: parentalidade ótima (*optimal parenting*), parentalidade negligente (*neglectful parenting*), controle sem afeto (*affectionless control*) e controle com afeto (*affectionate constraint*).

Dentre outros instrumentos que avaliam EP, o PBI foi escolhido para este estudo devido às suas características psicométricas e, sobretudo, por estar baseado na TA (Schneider & Ramires, 2007). Na validação deste instrumento no contexto brasileiro, os responsáveis (Hauck et al., 2006) optaram pelo levantamento original que considera duas dimensões e não as três propostas atualmente em alguns estudos (Terra et al., 2009).

Procedimentos de Coleta

Mediante autorização do Diretor do Presídio Central de Porto Alegre (PCPA), foram colocados à disposição dos pesquisadores todos os prisioneiros que se encontravam numa das galerias daquele estabelecimento. Nessa galeria, são abrigados diariamente, em média, vinte indivíduos que ingressaram no Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul com prisão provisória ou preventiva. Todas as manhãs, esses novos prisioneiros são encaminhados ao Setor de Triagem onde passam por entrevistas com psicólogos e assistentes sociais. Às segundas-feiras, entre oito e dez horas da manhã, o policial militar responsável pela coordenação da Triagem separava os detentos que preenchiam os critérios de idade e de primariedade, e os que se encontravam dentro dos critérios eram convidados a participar da pesquisa ao longo daquela semana. O procedimento de coleta estendeu-se de novembro de 2008 a janeiro de 2009.

Todas as entrevistas foram realizadas nas salas de triagem do PCPA por um dos pesquisadores e tiveram a duração de cerca de uma hora e trinta minutos.

Questões Éticas

Os aspectos éticos que garantem a integridade dos participantes foram assegurados com base na Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde, que regula e normatiza a pesquisa com seres humanos no Brasil (Conselho Nacional de Saúde, 1996). Após decidirem participar do estudo, todos os entrevistados preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este termo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Protocolo 029/2008 UFRGS). A todos foi garantido o direito de não participar da pesquisa, esclarecendo que não seriam, de modo algum, penalizados por tal decisão.

Procedimentos de Análise

Especificamente para este estudo foram analisados os três diagnósticos psiquiátricos mais frequentes nesta amostra: TASP, Transtornos de Humor e Abuso/Dependência de álcool e outras drogas. Optou-se por unificar os casos de Episódio Depressivo Maior, de Transtorno Distímico e de Episódio Hipomaniaco sob a denominação de Transtornos de Humor (TH).

Em relação ao PBI, foi solicitado àqueles apenados que não se lembravam dos pais ou que referiam não ter convivido com algum deles, que não respondessem às perguntas relativas àquele genitor. Da mesma forma, os presidiários que haviam sido criados por pessoas que não os pais biológicos (irmãos, avós, tios, outros parentes) também foram orientados a não responder sobre aquele familiar mesmo que ele tivesse ocupado o papel paterno ou materno.

Ainda no que tange aos apenados, foi realizada, a partir do levantamento dos tipos de crimes cometidos, uma categorização da tipificação criminal baseada no Código Penal Brasileiro e nas sugestões de uma bacharela em Direito com Mestrado em Psicologia. Essa medida possibilitou agrupar em três categorias os delitos/crimes mais frequentes.

Foram consideradas significativas as diferenças com $p < 0,05$. Todas as análises estatísticas foram realizadas com a versão 16.0 do SPSS.

Resultados

A MINI possibilitou que fossem encontrados os diagnósticos psiquiátricos mais frequentes na amostra de presidiários. Dentre os participantes, 20% não preencheram critério para qualquer diagnóstico. Do restante, a maior parte foi diagnosticada como abusadores/dependentes álcool e outras drogas (64%). Um número considerável dos entrevistados preencheu critérios diagnósticos para Transtornos de Humor (TH), e cerca de um terço dos apenados (16 casos) foi diagnosticado como portador de Transtornos Antissocial de Personalidade (TASP). A Tabela 2 mostra os diagnósticos psiquiátricos mais frequentes encontrados nessa amostra, considerando-se os casos de comorbidade.

Tabela 2
Percentual dos Diagnósticos Psiquiátricos conforme a MINI

| <i>Diagnósticos psiquiátricos</i> | <i>(F) %</i> |
|---|--------------|
| Abuso/dependência de álcool e outras drogas | (32) 64% |
| Transtornos de Humor | (23) 46% |
| Transtorno Antissocial de Personalidade | (16) 32% |

Verificou-se que 14,7% (cinco participantes) daqueles que eram portadores de transtorno de humor também preencheram diagnóstico para TASP. Por outro lado, 41,2% (14 participantes) daqueles que apresentavam transtorno de abuso/dependência de álcool e outras drogas apresentavam comorbidade com TASP. Dentre os que receberam diagnósticos psiquiátricos, 10,3% (quatro participantes) preencheram critérios para os três diagnósticos.

Em relação à associação entre diagnóstico psiquiátrico e perfil sociodemográfico verificou-se que apenas 19% daqueles diagnosticados como TASP casaram-se em comparação com os que não receberam este diagnóstico (58,8%). Observou-se também que aqueles que não preencheram critérios para qualquer diagnóstico (dez participantes) tiveram renda, nos últimos seis meses, superior aos que foram diagnosticados. Em relação ao desempenho escolar, foi averiguado que, independentemente da substância consumida, houve tendência à evasão escolar ao final do ensino fundamental. Por

fim, foi constatado que nenhum dos componentes do grupo que foi diagnosticado como antissocial chegou ao ensino superior.

Posteriormente, buscou-se verificar a existência de associação entre diagnóstico psiquiátrico e a tipificação criminal através da análise do *Qui-quadrado*. Na categoria dos crimes contra o patrimônio, foram incluídos roubo, furto, receptação e estelionato. Nos crimes contra a pessoa: homicídio, tentativa de homicídio, agressão, lesão corporal, ameaça, atentado violento ao pudor e injúria. Entre os crimes contra a ordem pública, foram inseridos o tráfico de drogas, o porte de arma, a perturbação da ordem pública e o dirigir sem permissão. Como um prisioneiro poderia ter mais de um diagnóstico, essa análise foi feita separadamente por diagnóstico. Foi encontrada associação entre os tipos de crimes cometidos e os diagnósticos de Abuso/Dependência de álcool e outras drogas e o TH. Esses diagnósticos estiveram mais associados aos crimes contra o patrimônio (CCP) do que a outros crimes. (Tabela 3).

Tabela 3
Tipificação Criminal em Relação ao Diagnóstico Psiquiátrico

| <i>Tipificação criminal</i> | <i>TASP (F) %</i> | <i>Abuso/Dependência de substância (F) %</i> | <i>TH (F) %</i> |
|-----------------------------|-----------------------|--|---------------------|
| Crimes contra patrimônio | (7) 43,8% | (16) 50,0% | (13) 52,2% |
| Crimes contra pessoa | (2) 12,5% | (4) 12,5% | (2) 16,7% |
| Crimes contra ordem pública | (7) 43,8% | (12) 37,5% | (8) 33,3% |
| Total | (16) 100% | (32) 100% | (23) 100% |
| <i>Qui-quadrado</i> | 3,1 | 7,0 | 7,9 |
| <i>p <</i> | 0,23 | 0,04 | 0,02 |

Cabe destacar que os crimes contra a ordem pública – nos quais está contido o tráfico de drogas – ocuparam o segundo lugar entre abusadores/dependentes de substância. Isso demonstra que estes indivíduos cometem mais frequentemente outros tipos de crimes, diferentemente daqueles especificamente relacionados com o tráfico de drogas.

No *Parental Bonding Instrument*, as médias desta amostra para o fator Cuidado ficaram em 26,69 para mãe e 22,80 para o pai; para o fator Superproteção, foi encontrada uma média de 17,18 para mãe e de 17,22 para o pai. Originalmente o ponto de corte para o Cuidado materno é de 27,0 e o paterno de 24,0. No que se refere à Superproteção, o ponto de corte é em 13,5 para a mãe e 12,5 para o pai (Parker, 1979).

A partir dos pontos de corte, foram calculados os Estilos Parentais de cada participante. Dessa forma, o PBI permitiu verificar que o Estilo Parental que melhor descreve as experiências dos prisioneiros com seus pais foi aquele exercido com controle sem afeto (ver Tabela

4). A Tabela 4 também apresenta valores de *Qui-quadrado* para Estilos Parentais paternos e maternos e seu nível de significância. É interessante observar que apenas dois apenas considerados a mãe negligente, ao passo que nenhum dos entrevistados considerou o pai negligente.

Tabela 4
Estilos Parentais (EP) conforme o Genitor

| <i>Estilo Parental</i> | <i>Pai (F) %</i> | <i>Mãe (F) %</i> |
|--------------------------|----------------------|----------------------|
| Controle sem afeto | (20) 40% | (21) 42% |
| Controle com afeto | (10) 20% | (18) 36% |
| Parentalidade ótima | (6) 12% | (8) 16% |
| Parentalidade negligente | – | (2) 4% |
| Total | 100% | 100% |
| <i>Qui-quadrado</i> | 8,7 | 19 |
| <i>p <</i> | 0,02 | 0,001 |

Quando analisado de forma comparativa nos diversos diagnósticos, o PBI mostrou resultados interessantes. As médias dos fatores Cuidado e Superproteção, avaliadas através do Teste *t* para amostras independentes, foram diferentes somente entre os portadores de TASP e aqueles que não possuíam este diagnóstico, conforme se observa na Tabela 5.

Tabela 5
Diferenças entre o Cuidado e a Proteção a partir do Diagnóstico de TASP

| <i>Fator</i> | <i>Com TASP</i> | <i>Sem TASP</i> | <i>p <</i> |
|---------------|-----------------|-----------------|---------------|
| Cuidado | | | |
| Mãe | 23,12 | 28,42 | 0,014 |
| Pai | 17,10 | 25,00 | 0,037 |
| Superproteção | | | |
| Mãe | 16,31 | 17,60 | n.s |
| Pai | 18,00 | 16,92 | n.s |

Nota. n.s não significativo.

A análise através do *Qui-Quadrado* da associação entre o EP e o tipo de crime cometido não foi estatisticamente significativa, mas permitiu constatar que o controle exercido sem afeto, tanto por parte da mãe quanto do pai, também estava relacionado, principalmente, aos crimes contra o patrimônio (Tabela 6).

Pai e mãe que exerceram controle sem afeto responderam por 62,5% dos TASP. Com exceção da parentalidade negligente para o pai, o diagnóstico de TASP distribuiu-se entre todos os Estilos Parentais. É interessante notar que dos 14 participantes que não preencheram o PBI em relação ao pai, devido aos critérios estabelecidos neste estudo, seis foram diagnosticados como TASP. Por sua vez, em relação à mãe, todos preencheram o PBI. O resultado mais significativo e que confirma suposições iniciais foi de que a maior frequência de TASP foi encontrada entre indivíduos em que ambos os pais exerciam controle sem afeto.

Tabela 6
Associação entre Estilo Parental e Tipificação Criminal

| <i>Estilo Parental</i> | <i>Mãe</i> | | | <i>Pai</i> | | |
|--------------------------|------------|-----------|------------|------------|-----------|-----------|
| | CCPt | CCP | CCOP | CCPt | CCP | CCOP |
| Controle sem afeto | (12) 54,5% | (2) 33,3% | (7) 33,3% | (12) 60,0% | (1) 50,0% | (7) 50,0% |
| Controle com afeto | (6) 27,3% | (1) 16,7% | (11) 52,4% | (6) 30,0% | — | (4) 28,6% |
| Parentalidade ótima | (3) 13,6% | (2) 33,3% | (3) 14,3% | (2) 10,0% | (1) 50,0% | (3) 21,4% |
| Parentalidade negligente | (1) 4,5% | (1) 16,7% | — | — | — | — |
| Total | (22)100% | (6)100% | (21)100% | (20)100% | (2)100% | (14)100% |

Nota. CCPt = Crimes contra patrimônio; CCP = crimes contra pessoa; CCOP = crimes contra ordem pública.

Discussão

Em relação aos diagnósticos psiquiátricos, não surpreende o fato de que a maioria dos entrevistados fizesse uso de substâncias psicoativas. Diversos estudos (Belenko & Peugh, 2005; Fletcher et al., 2007) revelaram índices entre 74 e 95% de presidiários envolvidos com uso, abuso, consumo e dependência de substâncias psicoativas. Estudo recentemente realizado com prisioneiros gaúchos revelou que problemas envolvendo uso de álcool e outras drogas representam a área de maior vulnerabilidade apontada tanto pelos próprios apenados quanto por seus familiares (Ricaldo da Rosa & De Antoni, 2007). A literatura demonstra haver a presença de comorbidades psiquiátricas entre os indivíduos dependentes de álcool e outras drogas encontrando na população geral que faz uso de drogas 26% com Transtornos de Humor e 18% com TASP (Zaleski et al., 2006). De fato, os TP do Cluster B e o TH em especial o Bipolar têm sido descritos como apresentando altas taxas de comorbidades com dependência química (Lara, Pinto, Akiskal & Akiskal, 2006; Weiss, 2004). Além disso, a associação entre aumento da violência e criminalidade com o uso de drogas, especialmente uma epidemia pelo uso de crack, vem recebendo destaque em nosso contexto brasileiro (Kessler & Pechansky, 2008).

Considerando que os participantes eram pessoas em conflito com a lei, pode-se supor que: (a) tanto a dependência de drogas quanto a doença psiquiátrica são mais graves, o que gera um nível de desadaptação social tão intenso que impõe a necessidade de privar tal indivíduo de sua liberdade, retirando-o do convívio social; (b) por outro lado, pode-se conjecturar que a recente privação da liberdade poderia estar se constituindo numa situação geradora de tensão capaz de produzir alterações importantes no estado mental. Tais alterações estariam eventualmente relacionadas a sintomas de abstinência de drogas refletidos em alteração do humor. (c) Por último, vale assinalar que a literatura psicodinâmica desde muito tempo (Rascovsky & Liberman, 1979) aponta uma associação, por exemplo, entre quadros maníacos (sin-

tomatologia que atualmente compõe alguns dos transtornos presentes nos Transtornos de Humor) e psicopatia (atualmente denominada de TASP).

Em relação à tipificação criminal, ficou evidente a ocorrência de delitos/crimes envolvendo o patrimônio alheio, principalmente entre os TH e os usuários de álcool e drogas. Este resultado está em consonância com os levantamentos estatísticos dos anos de 2008 e 2009 da Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul sobre a criminalidade (2008, 2009), nos quais o furto, o roubo e o estelionato ocupam as três primeiras posições no *ranking*. Pode haver associação entre esses transtornos psiquiátricos e os crimes contra o patrimônio quando se aventa para a possibilidade de que a finalidade dos crimes seja a obtenção de dinheiro para financiar o consumo de drogas. A droga poderia ainda servir como antídoto, um medicamento ilusório para problemas relacionados à auto-estima ou outros déficits na personalidade (Khantzian, 1980, 1991). Cabe destacar que os crimes envolvendo furtos e roubos também foram descritos como os mais frequentes numa amostra de usuários de cocaína e *crack* na cidade de Miami (Inciardi, 1991).

Algumas teorias sugerem (Shoemaker, 1990) que a desigualdade social, refletida na má distribuição de renda, possa contribuir para o aumento da criminalidade, uma vez que o acesso à educação de qualidade e ao mercado de trabalho são limitados. Nesse sentido, a possibilidade de que os crimes contra o patrimônio sirvam para a manutenção e a sustentação da dependência de substâncias químicas tem sido uma explicação viável (Inciardi, 2001). No entanto, a partir dos resultados desse estudo é possível verificar que quanto mais doença mental, menores são as oportunidades de emprego, renda e escolaridade.

Por fim, em sendo correta a interpretação de que as causas sociais desempenham um componente em direção à criminalidade, isso não deveria justificar o fato dos comportamentos delitivos ou criminosos cometidos não serem punidos conforme a lei. Justificá-los exclusivamente por motivações de ordem social e econômica, sem considerar as motivações psicológicas, representaria uma visão parcial da realidade.

Com respeito à frequência de TASP (32%), o percentual está acima do encontrado para esta população se comparado a um estudo realizado no Rio Grande do Sul na década passada (22,6%, Teitelbaum & Passos, 1999). Ainda assim, o número pode ser considerado esperado quando se trata de presidiários, pois certos estudos chegam a apontar que entre 30 e 75% dos presidiários teriam TASP (APA, 2003; Kaplan et al., 1997). A pesquisa aqui descrita permitiu constatar algumas peculiaridades em relação aos TASP. Em primeiro lugar, o maior percentual dos casos de TASP foi encontrado naquelas famílias em que tanto a mãe quanto o pai foram

descritos como tendo exercido seus papéis e funções com menos Cuidado e sem afeto. Este achado apontou na direção da existência de associação entre o fracasso parental e a saúde/doença mental, corroborando hipóteses iniciais deste estudo, assim como ratificando os resultados de outros estudos que utilizaram o PBI (Enns, Cox, & Clara, 2002). Como já havia sido descrito por Bowlby (1988), uma mãe e, posteriormente, um pai que realizam suas funções privando a criança de afeto, tendem a conduzir à construção de um modelo de funcionamento patológico (*working models*). Consubstanciando este aspecto, foi notável a baixa frequência de respostas referindo a parentalidade ótima tanto para o pai quanto para a mãe entre os presidiários avaliados. Neste sentido, vale ressaltar a alta frequência de protocolos não preenchidos do PBI em função da não lembrança/convivência com a figura paterna. Este achado encontra suporte na literatura que aponta para a presença de problemas de comportamento em adultos que cresceram afastados do convívio com os pais biológicos (McCord, 1979; Sourander et al., 2006). Quanto ao fato de nenhum pai ter sido descrito como negligente, aventa-se a possibilidade de que um rompimento ou afastamento precoce e traumático esteja interferindo numa avaliação judiciosa da realidade aumentando a idealização a fim de negar possíveis experiências dolorosas envolvendo sentimentos de rejeição e abandono.

Outro achado importante foi o de que a maioria dos componentes do grupo diagnosticado como TASP nunca foram casados, apresentavam maior evasão escolar e menor vínculo empregatício. Estes achados podem ser considerados indicativos do problema central que envolve os TASP, qual seja, a aceitação e adaptação às normas sociais. A vida em sociedade requer o estabelecimento de relações de compromisso e uma das principais dificuldades entre os TASP é em estabelecer e manter vínculos afetivos baseados em relações de confiança e cooperação (Bowlby, 1988). Frequentar a escola e trabalhar contribuem para a aceitação das normas e regras sociais e a internalização de limites.

Limitações e Relevância do Estudo

Apesar de confirmadas algumas hipóteses sobre a importância dos vínculos iniciais entre pais e filhos para o desenvolvimento de uma personalidade psicologicamente saudável e adaptada, não resta dúvida de que outros fatores também são importantes. As diferenças individuais, as estratégias de enfrentamento, a capacidade de resiliência, o equilíbrio entre fatores de risco e de proteção, o meio social (De Antoni et al., 2007), e o imponderável, não permitem afirmar que os mesmos estímulos evocarão sempre as mesmas respostas. Cada indivíduo reagirá ao ambiente mediante a interferência de inúmeras variáveis que não poderiam ser abarcadas em um estudo da proporção em que este foi realizado.

Outro aspecto diz respeito à ausência de um grupo de comparação com características semelhantes. As comparações puderam ser realizadas somente com os dados normativos dos instrumentos.

Em relação aos instrumentos, alguns apontamentos precisam ser feitos. Existe a possibilidade da MINI não ser o instrumento mais adequado para avaliação de psicopatologia nesta população. Frequentemente o instrumento diagnóstico mais utilizado na avaliação de psicopatia entre presidiários tem sido a PCL-R – *Psychopathy Checklist Revised* (Hare, 1999). Mesmo assim, os índices encontrados estão entre os descritos na literatura (Kaplan et al., 1997). A principal razão para se utilizar a MINI foi o interesse em identificar outros transtornos psiquiátricos que acometem as pessoas encarceradas. Todavia elementos como a baixa escolaridade, as possíveis sequelas do uso de drogas, a limitada capacidade de auto-observação e introvisão, mas principalmente a presença de comportamentos egossintônicos podem tornar suspeita a validade das informações prestadas, recaindo sobre as impressões clínicas a principal fonte de informação.

Em contrapartida, o PBI mostrou-se apropriado e de complexidade manejável por parte dos participantes. Excetuando algumas questões (principalmente aquelas que faziam uma afirmação negativa), a maioria dos entrevistados não teve problemas em responder a este instrumento. Por fim, o fato de que neste estudo a perspectiva dos pais não foi considerada, sem dúvida, torna os resultados parciais.

Em termos de relevância, o aspecto principal do estudo foi a revelação de que pelo menos 1/3 dos entrevistados recebeu o diagnóstico de TASP e uma grande maioria consome drogas. Esse achado demonstrou uma tendência de elevação nas taxas de TASP entre a população carcerária do Rio Grande do Sul em comparação com a década passada (Teitelbaum & Passos, 1999). Estes aspectos demonstram claramente que algum tipo de intervenção na área da saúde mental precisa ser feita com essas pessoas urgentemente.

Pode-se afirmar que, apesar da existência de algumas tentativas de descrever e compreender o sistema penal brasileiro, poucos estudos empíricos em psicologia foram realizados no Brasil com esta população (Ricaldo da Rosa & De Antoni, 2007). A ausência de política penitenciária voltada tanto para ações de segurança quanto de saúde tem trazido o tema do cárcere e da penas privativas de liberdade para as manchetes dos jornais diuturnamente. Ações isoladas tentam remediar o problema crônico das prisões brasileiras lotadas. Tais ações, na maioria das vezes, não estão embasadas em informações científicas, mas pautadas por questões ideológicas e políticas. Neste sentido, é válido destacar que em países, como a Finlândia (Serafin, 2003), que adotaram uma classificação psiquiátrica quanto à per-

sonalidade do criminoso, os resultados têm sido positivos. Os achados deste estudo podem ser úteis na proposição de intervenções terapêuticas – não apenas medicamentosas – mas específicas conforme a necessidade dos casos.

Não é possível pensar em uma causa única para a criminalidade, porém, na qualidade de agente de saúde mental, cabe ao psicólogo alertar a sociedade, chamando-a à percepção de que casos de criminalidade são possíveis consequências da adoção de um modelo familiar específico. Tanto pais quanto mães parecem apresentar dificuldade em lidar com as suas funções maternas e paternas de oferecer proteção mas também cuidado afetivo e caloroso para a sua prole. Tal modelo familiar pode estar relacionado ao índice de aumento da violência e da criminalidade em tempos atuais. Famílias despreparadas e desamparadas para exercerem suas funções tendem a ser um criadouro de problemas psicológicos.

Referências

- American Psychiatric Association. (2003). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (Rev. Ed.). Washington, DC: Author.
- Amorin, P. (2000). *Mini International Neuropsychiatric Interview* (MINI): Validação da entrevista breve para diagnóstico de transtornos mentais. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 22(3), 106-115.
- Belenko, S., & Peugh, J. (2005). Estimating drug treatment needs among state prison inmates. *Drug and Alcohol Dependence*, 77, 269-281.
- Bowlby, J. (1984a). *Apego e perda: Vol. 1. Apego: A natureza do vínculo*. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1969)
- Bowlby, J. (1984b). *Apego e perda: Vol. 2. Separação*. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1973)
- Bowlby, J. (1985). *Apego e perda: Vol. 3. Tristeza e depressão*. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1974)
- Bowlby, J. (1988). *Uma base segura: Aplicações clínicas da teoria do apego*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Blackburn, R., Logan, C., Donnelly, J. P., & Renwick, S. J. (2008). Identifying psychopathic subtypes: Combining an empirical personality classification of offenders with the Psychopathy Checklist-Revised. *Journal of Personality Disorders*, 22(6), 604-622.
- Butler, S., Fearon, P., Atkinson, L., & Parker, K. (2007). Testing an interactive model of symptom severity in conduct disordered youth: Family relationships, antisocial cognitions, and social-contextual risk. *Criminal Justice and Behavior* 34(6), 721-738.
- Conselho Nacional de Saúde. (1996, 10 out.). *Resolução N° 196*. Brasília, DF: Autor.
- Dalbem, J. X., & Dell'Aglio, D. D. (2005). Teoria do apego: Bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), 12-24.
- De Antoni, C., Barone, L., & Koller, S. (2007). Indicadores de risco e de proteção em famílias fisicamente abusivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(2), 125-132.
- Enns, N. W., Cox, B. J., & Clara, I. (2002). Parental bonding and adult psychopathology: Results from the US National Comorbidity Survey. *Psychological Medicine*, 32(6), 997-1008.
- Falceto, O. G. (2008). Terapia de família. In A. V. Cordioli (Ed.), *Psicoterapia: Abordagens atuais* (pp. 221-245). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Fletcher, B. W., Lehman, W. E., Wexler, H. K., & Melnick, G. (2007). Who participates in the criminal justice drug abuse treatment studies (CJ-DATS)? *The Prison Journal*, 87, 25-57.

- Hare, R. (1999). Psychopathy as a risk factor for violence. *Psychiatric Quarterly*, 70(3), 181-197.
- Hauck, S., Schestatsky, S., Terra, L., Knijnik, L., Sanches, P., & Ceitlin, M. H. (2006). Adaptação transcultural para o português brasileiro do *Parental Bonding Instrument* (PBI). *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 28(2), 162-168.
- Inciardi, J. (2001). Legends of the living dead: Unraveling the drugs/crime connections. In *The War on Drugs III*. Boston: Allyn and Bacon.
- Jaffee, S. R., Moffitt, T. E., Caspi, A., & Taylor, A. (2003). Life with (or without) father: The benefits of living with two biological parents depend on the father's antisocial behavior. *Child Development*, 74(1), 109-126.
- Khantzian, E. (1980). An ego/self theory of substance dependence: A contemporary psychoanalytic perspective. In Theories on drug abuse: Selected contemporary perspectives. *National Institute of Drug Abuse Research Monograph* (Whole 30).
- Khantzian, E. (1991). Self regulation factors in cocaine dependence: A clinical perspective. In The epidemiology of cocaine use and abuse. *National Institute of Drug Abuse Research Monograph* (Whole 110).
- Kaplan, H., Sadock, B., & Grebb, J. (1997). Teorias da personalidade. In H. Kaplan, B. Sadock, & J. Grebb, *Compêndio de Psiquiatria: Ciências do comportamento e Psiquiatria Clínica* (pp. 686-705). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Kernberg, O. (1995). *Transtornos graves de personalidade*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Kessler, F., & Pechansky, F. (2008). Uma visão psiquiátrica sobre o fenômeno do crack na atualidade. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 30(8), 96-98.
- Kiriakidis, S. (2006). Perceived parental care and supervision: Relationship with cognitive representations of future offending in a sample of young offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 50(2), 187-203.
- Lara, D., Pinto, O., Akiskal, K., & Akiskal, H. (2006). Toward an integrative model of the spectrum of mood, behavioral and personality disorder based of fear and anger traits: I. Clinical implications. *Journal of Affective Disorders*, 94, 67-87.
- Lichtenstein, P., Ganiban, J., Neiderhiser, J., Pedersen, N., Hansson, K., Cederblad, M., et al. (2003). Remembered parental bonding in adults twins: Genetic and environmental influences. *Behavior Genetics*, 33(4), 397-408.
- Loeber, R., & Dishion, T. (1983). Early predictors of male delinquency: A review. *Psychological Bulletin* 94(1), 68-99.
- Maranhão, O. (2003). *Psicologia do crime*. São Paulo, SP: Malheiros.
- McCord, J. (1979). Some child-rearing antecedents of criminal behavior in adult men. *Journal of Personality and Social Psychology* 37(9), 1477-1486.
- Morana, H. C., Stone, M., & Abdalla-Filho, E. (2006). Transtornos de personalidade, psicopatia e serial killers. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 28(2), 74-79.
- Overbeek, G., Vollebergh, W., Meeus, W., Graaf, R., & Engels, R. (2004). Young adults' recollections of parental bonds: Does satisfaction with partner relationship mediate the longitudinal association with mental disorders? *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 39, 703-710.
- Parker, G. (1979). Parental characteristics in relation to depressive disorders. *British Journal of Psychiatry*, 134, 138-147.
- Rascovsky, A., & Liberman, D. (1979). *Psicoanálisis de la mania y la psicopatía*. Buenos Aires, Argentina: Paidós.
- Ricaldo da Rosa, L., & De Antoni, C. (2007). Os desafios da prática psicológica no contexto penitenciário. In C. S. Hutz (Ed.), *Prevenção e intervenção em situações de risco e vulnerabilidade* (pp. 49-76). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul. (2008). *Indicadores criminais 2008*. Porto Alegre, RS: Autor. Retrieved from http://www.ssp.rs.gov.br/porta1/principal.php?action=estatistica&cod_catestat=27
- Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul. (2009). *Indicadores criminais 2009*. Porto Alegre, RS: Autor. Retrieved from http://www.ssp.rs.gov.br/porta1/principal.php?action=estatistica&cod_catestat=22
- Serafin, A. (2003). Aspectos etiológicos do comportamento criminoso: Parâmetros biológicos, psicológicos e sociais. In S. Rogonatti, A. Serafin, & E. Barros, *Temas de Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica* (pp. 49-63). São Paulo, SP: Vetor.
- Schneider, A. C., & Ramires, V. R. (2007). Vínculo parental e rede de apoio social: Relação com a sintomatologia depressiva na adolescência. *Aletheia*, 26, 95-108.
- Slesnick, N., & Prestopnik, J. (2004). Perceptions of the family environment and youth behaviors: Alcohol-abusing runaway adolescents and their primary caretakers. *The Family Journal: Counseling and therapy for couples and families*, 12(3), 243-253.
- Stewart, C., Mezzich, A., & Day, B. (2006). Parental psychopathology and parental child neglect in late childhood. *Journal of Child and Family Studies*, 15(5), 543-554.
- Sourander, A., Elonheimo, H., Niemala, S., Nuutila, A., Helenius, H., Sillanmaki, L., et al. (2006). Childhood predictors of male criminality: A prospective population-based follow-up study from age 8 to late adolescence. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 45(5), 578-586.
- Shoemaker, D. (1990). *Theories of Delinquency: An examination of explanations of delinquent behavior*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Terra, L., Hauck, S., Schestatsky, S., Fillipon, A. P., Sanchez, P., Harikata, V., et al. (2009). Confirmatory factor analysis of the Parental Bonding Instrument in a Brazilian female population. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 43, 348-354.
- Teitelbaum, P., & Passos, O. (1999). Violência no RS: Um estudo da população carcerária. In J. T. Santos, *Violência em tempo de globalização* (pp. 503-521). São Paulo, SP: Hucitec.
- Trentacosta, C., & Shaw, D. (2008). Maternal predictors of rejecting parenting and early adolescent antisocial behavior. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 36, 247-259.
- Warr, M. (2007). The tangled web: Delinquency, deception and parental attachment. *Journal of Youth and Adolescence*, 36, 607-622.
- Weiss, R. D. (2004). Treating patients with bipolar disorder and substance dependence: Lessons learned. *Journal of Substance Abuse and Treatment*, 27, 307-312.
- Zaleski, M., Laranjeira, R., Marques, A., Ratto, L., Romano, M., Alves, H., et al. (2006). Diretrizes da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas (ABEAD) para o diagnóstico e tratamento de comorbidades psiquiátricas e dependência de álcool e outras substâncias. *Revista Brasileira de Psiquiatria* 28(2) 142-148.

Received 01/07/2009

Accepted 01/07/2010

Rafael Stella Wellausen. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
Denise Ruschel Bandeira. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.